

**Local:** Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

**Data:** 29 de abril de 2014 -----

**Abertura da reunião:** Dez horas quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira e Ricardo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, desempenhado, respetivamente, as funções de primeiro e segundo secretários. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **presidente da assembleia municipal**, fez saber que: -----

Na reunião da presente sessão, a presidente da junta de freguesia de Santa Cruz fez-se representar pelo 2.º vogal, Rui Estevão Gouveia Teles e o presidente da junta de freguesia de Cimbres fez-se representar pelo 1.º vogal, Lino Manuel Oliveira dos Santos.

As faltas dadas pelos presidentes das juntas de freguesia de Santa Cruz e São Martinho das Chãs à única reunião da sessão realizada em 07 de fevereiro de 2014, foram consideradas justificadas. -----

Agradecia ao AEP e ao seu chefe, Manuel Rodrigues Ferreira, a participação nas comemorações do 25 de Abril em Armamar, evento organizado pela junta de freguesia de Armamar e apoiado pelo município de Armamar. Elogiou a parte recreativa, que proporcionou grande interatividade entre miúdos e graúdos. -----

Doravante, só será objeto de transcrição para a ata a parte da redação (quando à mesa é facultada pelos intervenientes), cujo teor corresponda ao discurso. Mais, esse suporte escrito tem que ser entregue até ao final da sessão a que respeita. -----

Foi apresentado o abaixo-assinado, presumivelmente da iniciativa da CDU, enviado por António Manuel Lareira dos Santos a Maria Luís Albuquerque, Ministra de Estado e das Finanças, sobre o "iminente fecho da Repartição de Finanças de Armamar". -----

Da participação na 1.ª assembleia ordinária da Comunidade Intermunicipal do Douro, pelos membros eleitos pela assembleia municipal de Armamar, partilhava o documento que continha os instrumentos previsionais, para o período de 2014 a 2017. -----

**Tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia** -----

O **presidente da câmara municipal** disse que "teria gostado muito de subscrever o abaixo-assinado", porque está preocupado com o assunto e a defesa dos serviços públicos exige a união de esforços. -----

Interrogou-se sobre o facto de o documento não lhe ter sido facultado para assinar, já que circulou pelo interior do edifício sede do município de Armamar e foi dado a subscrever a muitos trabalhadores. "Não se vá pensar no futuro que o presidente da câmara municipal se recusou, ou não teve interesse, em assiná-lo", rematou. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Joaquim Duarte**, fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

"Tinha onze anos quando ocorreu a revolução dos cravos, a revolução do 25 de abril. Obviamente, a minha ação foi nula na revolução, mas tenho a consciência que beneficiei e muito com ela, eu e a maioria dos portugueses, com a liberdade, com a democracia, com o acesso ao ensino e outros benefícios de um Estado Social. Obviamente não precisei de reescrever a minha História como alguns. Uma revolução, de que uns se querem apoderar como únicos senhores, revolução de que outros se querem esquecer, nunca será uma revolução completa quando: -----

O governo central continuar com o objetivo de extinguir serviços, dificultar o acesso à justiça, à saúde, à educação; -----

Ao poder local quando não for capaz de defender plenamente os seus cidadãos; quando a oposição local continuar a comportar-se como aquele velho anarquista, já pobre de ideias, já pobre de ambição, mas neste caso cheios de ambição por inação, que chegado a um país que não conhecia, a primeira pergunta que faz, ao primeiro transeunte que encontra - "Há governo?" - " Há, então eu sou contra!". -----

Ou então daquele velho do Restelo cansado e trôpego comportando-se como o profeta das desgraças, perguntava "oportunidade de confusão? Existe, então vamos aproveitar." Só se concretizará uma democracia plena quando os próprios cidadãos assumirem também as suas responsabilidades, o seu papel cívico na sociedade atuando com respeito pelas regras democráticas, no seu trabalho, na sua ação no associativismo não violando as regras democráticas para se perpetuarem no poder. -----

Desculpem, é assim que eu penso, após ouvir sempre os mesmos argumentos, de um concelho envelhecido, num país que é o mais envelhecido da Europa, os argumentos de estar numa lista dos dez concelhos mais pobres do país, mas conhecendo a realidade concelhia, acreditam mesmo que é um dos dez concelhos mais pobres do país? Acreditam mesmo nisso? -----

"Nada mais importante do que aquilo que nos acontece é aquilo que fazemos acontecer". Lema que nos devia nortear na nossa atividade do dia-a-dia. -----

Por isso gostaria de falar-vos da prática desportiva no nosso concelho que podemos considerar significativa tendo conta o número de jovens abrangidos, e sobretudo tendo em conta os equipamentos desportivos que possuímos. O Município tem sido promotor ou então parceiro fundamental na promoção da prática desportiva, nomeadamente: Futsal, Andebol, Natação, Atletismo, Natação Adaptada, Ténis de Mesa etc... -----

O apoio da Câmara, nomeadamente do responsável pelo desporto, atualmente o vice-presidente - Nelo, tem sido excepcional, desde concessão de subsídios, cedência de instalações, transporte, apoio logístico, e sobretudo a disponibilidade sempre demonstrada e o apoio na promoção das diferentes atividades desportivas. -----

Há cerca de nove anos quando iniciei conjuntamente com o Ricardo, o Afonso, o José Maurício, o projeto do Futsal, do Armamar Futsal Clube, repito do Armamar Futsal Clube para saberem mesmo o nome, fizemos acontecer, mas se não tivéssemos tido o apoio do Município, teria sido extremamente difícil continuar. Mesmo, nos primeiros momentos estive próximo de morrer ao não aprovarem o pavilhão da Escola Gomes Teixeira, porque o mesmo não tinha lugar para o público. Descrente, e quando ia comunicar à AF de Viseu a desistência, telefonei para o município; atendeu o vice-presidente da altura, João Paulo Fonseca, comuniquei-lhe que íamos desistir, porque não tínhamos pavilhão. Ele de forma determinada disse-me, "não, não desistas, dá-me duas horas que eu vou encontrar uma solução". Passadas nem duas horas, telefonou-me a informar que tínhamos um pavilhão fora do concelho onde poderíamos jogar. Mais tarde, o Vereador do desporto, na altura o Nelo começou a estudar uma solução para podermos jogar em Armamar. Conjuntamente com a junta de freguesia de Aldeias, apesar das condições não serem as ideais, mas só em termos de público, fizeram acontecer, e sobretudo possibilitaram a prática do futsal a mais de uma centena de jovens do concelho, e num dos melhores pisos do distrito de Viseu para a prática desportiva. -----

São esses homens que eu vejo com orgulho à frente do nosso concelho, são esses homens que não desistem à primeira contrariedade, e sobretudo não adotam uma posição fácil, comodista, de ser sempre contra, e carpirem as desgraças, ou então como verdadeiros oportunistas aproveitarem oportunidades para minar o que de bom se tem feito. -----

São esses homens que possibilitaram e facilitaram a obtenção de resultados significativos pelo desporto concelhio, o último a destacar, em que o aluno da Escola Gomes Teixeira

obteve o segundo lugar a nível nacional no MegaSprinter, ou então que uma aluna da escola que integrou a seleção de sub 16 da AF Viseu de futebol feminino. -----

Como em tudo chega sempre a hora de fazer um balanço, de definir novos rumos. -----

Hoje, os jovens de Armamar podem praticar Futsal, Atletismo, Andebol, Natação, mas penso que estas modalidades deveriam ser integradas num projeto de desenvolvimento desportivo concelhio com outros objetivos, sobretudo mais abrangente. -----

Por isso proponho que o Município defina de forma concreta através da carta desportiva as modalidades a apostar, e sobretudo a privilegiar na sua promoção: o Futsal, o Andebol, o Atletismo, a Natação, o Ténis de Mesa, e deveria ser considerado a aposta no Futsal Feminino para dar continuidade ao projeto que se está a desenvolver na Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira. -----

Vamos juntar sinergias, vamos definir os apoios a considerar, e sobretudo vamos inventariar recursos para continuar a apostar na promoção do desporto e a promoção de uma vida saudável. Estes projetos também fixam população, também reforçam a nossa autoestima, e também nos identificam com o nosso concelho ao qual nos orgulhamos de pertencer. -----

Por isso em vez de dizerem que é um dos concelhos mais pobres do país, vamos desenvolver projetos que marquem a diferença para que possamos afirmar com orgulho — "Fiz acontecer", porque mais importante do que aquilo que Armamar pode fazer por nós, é aquilo que podemos fazer por Armamar." -----

**Rui Costa**, tendo presente as notícias surgidas sobre o encerramento de número significativo de Serviços de Finanças, perguntou o que pretende fazer a câmara municipal sobre esse preocupante assunto. Mais, quis saber "porque não foram feitos convites a entidades públicas ou a entidades privadas do município, bem como à assembleia municipal" para participarem nas comemorações do 25 de Abril, em Armamar. -----

-----  
O **presidente da câmara municipal** agradeceu as palavras proferidas por Joaquim Duarte, cujo "discurso da verdade" dá conta do investimento feito em algumas áreas, designadamente na desportiva. Acolheu bem a sugestão da elaboração da Carta Desportiva. Responsabilizou-o pelo sucesso do Armamar Futsal Clube e destacou a sua disponibilidade para colaborar noutros domínios de interesse para a comunidade. -----

Sobre as notícias que dão conta do encerramento de 50% dos Serviços de Finanças, referiu a inexistência de informação fidedigna ou suficientemente esclarecedora e revelou ter-lhe sido dito pela Ministra de Estado e das Finanças que nada será feito à

revelia dos municípios. Foi dada a garantia de que os cidadãos de Armamar não ficarão sem serviços de proximidade (atendimento incluído), caso a reestruturação dos serviços da Administração Pública nos contemple, concluiu. -----

Endereçou a pergunta relacionada com os convites para a participação nas comemorações do 25 de Abril em Armamar ao presidente da junta de freguesia, promotora do evento, não obstante pensar "que terão sido feitos nos mesmos moldes de sempre". -----

**Presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia,** fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

" 1º Gostaria que me informasse se tem conhecimento de algum procedimento que esteja e, marcha com vista à colocação de um novo médico no Centro de Saúde de Armamar para assegurar que os utentes não sofram com a saída de um profissional do mesmo que pediu a reforma. -----

2º Dado que tenho conhecimento pelo facto da atividade que desenvolvo como bombeiro voluntário, que neste momento a nossa corporação está necessitada de uma viatura de emergência médica para socorro e transporte de pessoas, quero fazer aqui um apelo ao município e a todas as juntas de freguesia para que contribuam ativamente para que a resolução deste problema possa ser uma realidade. -----

3º Gostava de lhe transmitir a minha preocupação enquanto presidente de junta e enquanto cidadão deste concelho para a falta de um local apropriado para a colocação de inertes e resíduos provenientes dos mais diversos setores de atividade, Gostava de saber se está a ser feito algo no sentido de resolver este problema." -----

O **presidente da câmara municipal** deu conta das diligências para colmatar a falta de médicos no Centro de Saúde de Armamar, concretamente para satisfazer as necessidades de cerca de 1100 utentes que ficaram recentemente sem médico de família. Disse estar empenhado, conjuntamente com o Dr.º Carlos Campos e com os demais autarcas dos municípios do Douro Sul, na tentativa de conferir celeridade à nomeação do novo director executivo do ACES Douro Sul, porque dela depende o início do procedimento administrativo especial para resolver o problema. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelos atuais médicos do Centro de Saúde de Armamar para minimizar os efeitos da aposentação da Dr.ª Lurdes. -----

Sobre a viatura de emergência médica, disse trata-se de "preocupação comum", financeiramente exigente. No entanto, explanou a solução (já apresentada à direcção da AHBVA) para a aquisição de ambulância, "para que se possa rapidamente colocá-la ao serviço da nossa população". -----

Relativamente a deposição de inertes, lembrou a existência há cerca de 4 anos e meio, junto ao armazém municipal (localizado na Zona Industrial de Armamar), do Ecocentro, construído pelo município de Armamar para esse efeito. Mas, o licenciamento não está concluído. Explicou as questões em aberto sobre o assunto, tratadas com a Resinorte. –

-----  
**Manuel Paiva**, começou por contraditar o presidente da assembleia municipal, afirmando que o abaixo-assinado não foi feito em nome de qualquer partido, não se devendo confundir o cidadão António Manuel Lareiro dos Santos com a qualidade de membro de partido político. -----

Seguidamente, lamentou o facto de o presidente da assembleia municipal ter declinado o convite para subscrever o documento, talvez porque "concorda com o encerramento" ou não soube interpretar a solicitação, mas como "não havia símbolo ou referência a partido político", disse entender que o ato não traduz a máxima "Armamar deve estar acima de qualquer partido e acima de qualquer coisa". -----

Continuou o discurso (que se transcreve): -----

"Na última reunião desta assembleia, sobre o encerramento do tribunal, um Sr. deputado do PSD referiu "Chegou a hora de darmos o nosso grito de revolta". O Sr. Presidente da Câmara disse "a posição do presidente da câmara e de todo o executivo é de estarem na linha da frente e irem até às últimas consequências, na defesa do tribunal de Armamar." Passados mais de 3 meses, o que foi feito para concretizar o grito de revolta que falava o Sr. Deputado? O que significou e o que significa "ir até às últimas consequências? O que fez o executivo, o PSD e o CDS local para evitar o encerramento do tribunal? E o que fizeram os outros partidos? No que diz respeito à CDU, posso vos dizer que usamos toda a nossa influência juntos dos deputados do PCP na Assembleia da República (AR) para requerer a apreciação parlamentar do Decreto-Lei que encerraria o tribunal de Armamar, já que nunca tivemos muita esperança que o Sr. Presidente da República o vetasse, o que se veio a confirmar, o Sr. Presidente da República promulgou o referido Decreto-Lei. -----

No dia 27 de março de 2014 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º

49/2014, que concretiza o chamado "mapa judiciário". Com este diploma, o Governo pretende extinguir a comarcas de Armamar entre outras. -----

No mesmo dia em que foi publicado, o grupo parlamentar do PCP requereu a apreciação parlamentar do referido Decreto-Lei. Está agendada na AR a discussão deste diploma próximo dia 2 de maio. -----

A questão é simples: se a maioria dos deputados votar contra o Decreto-Lei, o tribunal de Armamar não encerra. Apesar do PCP não ter nenhum deputado por Viseu, irá votar contra. E os outros partidos? Qual será o seu sentido de voto? Estou curioso por saber o que farão os 9 deputados eleitos por Viseu (4 PSD, 4 PS, 1 CDS). Como veem, apesar da reduzida representação da CDU, estamos a fazer de tudo para impedir o encerramento de serviços públicos. E os outros partidos? O que têm feito? -----

Na sexta-feira passada comemorou-se os 40 anos do 25 de abril. Enquanto que alguns municípios aproveitaram este dia para contestar o encerramento de serviços com cravos vermelhos e pretos e a revolta popular, em Armamar optou-se por pelo Zumba!! São opções que respeitamos. Não podem é dizer que tudo fizeram para defender a manutenção dos serviços públicos. -----

E em relação às Finanças, Sr. Presidente: A repartição de finanças de Armamar vai ou não encerrar? É intenção do governo PSD/CDS encerrar metade das repartições de finanças. Armamar encabeça a lista das finanças a encerrar no distrito de Viseu. O que está a fazer o executivo para impedir mais um encerramento? -----

Um grupo de cidadãos preocupados com o futuro de Armamar elaborou um Abaixo-Assinado que foi subscrito por mais de 900 pessoas. -----

Como coautor deste documento quero agradecer a todos os que subscreveram este documento. Não posso deixar de fazer referência a alguns responsáveis políticos locais que foram convidados a assinar e se recuaram. Porque não assinaram? Será que concordam com o encerramento das finanças? Ou não assinaram porque o documento foi da iniciativa de cidadão da CDU? Está na altura de unirmos esforços e deixarem-se de preconceitos políticos. Afinal Armamar está ou não primeiro do que qualquer partido? Quem viu o documento sabe que não havia uma única referência ou qualquer símbolo de qualquer partido, e mesmo que houvesse, Armamar deveria estar acima de tudo isso. -----

Em Armamar há cerca de 6 anos havia cinco médicos que asseguravam o atendimento da nossa população, cerca de 6.000 pessoas. Depois saiu o Dr. André ficando o quadro médico reduzido a 4. Os doentes deste médico foram distribuídos pelos médicos que

ficaram. (Dr. Campos, Dra. Ana, Dr. Adilson e Dra. Lurdes). Estes com todas as dificuldades, asseguravam o atendimento dos seus doentes e ainda o SAP. Primeiro vinte e quatro horas por dia e ultimamente das 8 às 22 horas. -----

Com a saída da Dra. Lurdes, no início do mês de março, instalou-se um autêntico caos: Não há urgências vários dias da semana e aos fins de semanas também acontece o mesmo. Exemplos: sábado e domingo de Páscoa não houve médico e sábado dia 26 de abril também não houve. Ultimamente em praticamente todos os fins-de-semana não tem havido médico durante todo o fim-de-semana. -----

Que informações tem o Sr. Presidente a este respeito? Já tentou saber o que é que se passa? Já pressionou a ARS Norte informando o caos que se está a verificar? O Sr. Presidente tem de fazer alguma coisa. Se não for colocado pelo menos mais um médico poderá estar em causa a continuidade do SAP e até do Centro de Saúde de Armamar. É necessário agir rapidamente, porque se não se agir já, pode já ser tarde demais." -----

O **presidente da assembleia municipal**, disse não ter recusado assinar o documento. Deu detalhes da abordagem, considerando-a "inoportuna" (devido às circunstâncias em que ocorreu). -----

-----  
O **presidente da câmara municipal** lembrou as suas anteriores intervenções sobre o encerramento do Tribunal Judicial de Armamar, destacando as 2 ações judiciais em curso para contrariar esse noticiado desfecho. Fez menção aos pedidos dos grupos parlamentares do PCP e do PS destinados a fazer discutir na Assembleia da República o assunto (tendo presente o diploma legal mencionado), que sucederá em 2 de maio do presente ano. Confirmou a sua presença nas galerias e na audiência que se seguirá com o grupo parlamentar do PS. -----

Depois de salientar algumas debilidades dos deputados do PSD na Assembleia da República (no caso em debate) e transmitir versão diferente sobre o que sucedeu com Castro Daire e Carrazeda de Ansiães, onde acabaram por ser criadas secções de proximidade, concluiu que não se deveu à ação dos seus presidentes de câmara municipal ou à contestação nas ruas. -----

Desafiou o seu interlocutor a fazer chegar aos deputados do PCP na Assembleia da República dossier sobre as especificidades e esforços desenvolvidos por Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira, para "questionarem a senhora Ministra sobre esses pontos". -----

Perguntou o que se quer que mais diga sobre o Serviço de Finanças de Armamar.



Perante a escassez de informação fidedigna, pediu que se aguarde com serenidade, porque foi-lhe garantido que os Municípios vão ser parte da solução. -----

Corrigiu a informação dada sobre o quadro de pessoal médico do Centro de Saúde de Armamar. Não obstante já terem estado ao serviço 5 médicos em simultâneo, nunca o Dr.º André fez parte desse quadro, estava somente destacado e, quando foi necessário noutra serviço, saiu. -----

Reiterou a preocupação com a redução do número desses profissionais. Assinalou a possibilidade de poder haver recusa dos restantes médicos em assegurar o excedente de serviço motivado pela aposentação da Dr.ª Lurdes, como forma de pressão para ser desbloqueada a solução. -----

**Apreciação da informação escrita acerca da atividade da câmara municipal e da situação financeira do município** (cujo original passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Manuel Paiva, fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

"1. Quando é que as obras do quartel da GNR estão prontas? Quando é que a GNR deixa o espaço ocupado atualmente? O protocolo que a câmara fez com a Caixa Agrícola refere que caso a GNR não deixasse as instalações até 31/03/14 a câmara teria de pagar à Caixa Agrícola uma renda mensal de 2500 euros. O executivo anterior sempre disse que isso nunca iria acontecer porque a obra iria estar concluída muito antes. A quem se deve o atraso na conclusão da obra? Quem vai assumir as responsabilidades desse atraso? -----

2. A Câmara vai ou não fazer obras no valor de 100 mil euros no edifício da Caixa Agrícola de acordo com o protocolo já citado? -----

Sempre dissemos e reiteramos, que esse acordo foi bom para a entidade privada e muito mau em termos financeiros para a autarquia. Mais uma vez o tempo veio dar-nos razão. -----

3. Sobre a requalificação da zona ribeirinha da Folgosa, vai ser feito um investimento muito significativo. O que é que vai ser feito em concreto? -----

Relativamente à Rede Social, quero solicitar à Sra. vereadora responsável, o envio via e-mail do relatório do plano de ação de 2013 e do plano de ação 2014 mencionados nas informações. -----

Por último, quero salientar positivamente, o facto de pela 1.ª vez a informação periódica vir acompanhada da informação financeira tal como a legislação o prevê. Assim,

podemos acompanhar de perto a evolução dos resultados financeiros com algum detalhe." -----  
-----

O **presidente da câmara municipal** apontou o mês de agosto do presente ano como data para conclusão das obras de construção do novo quartel da GNR. Garantiu a inexistência de quaisquer encargos, a título de indemnização, decorrentes do mencionado protocolo, celebrado com o Crédito Agrícola, mesmo futuramente. Quanto ao valor destinado a satisfazer os encargos a suportar pelas reparações no edifício antes da sua devolução, disse que não passava de mera estimativa. No entanto, tendo presente todo o período de utilização sem despesa com rendas, será admissível que se devolva o edifício pelo menos nas melhores condições possíveis, concluiu. -----

Sobre a expansão da zona ribeirinha de Folgosa, fez saber que a empreitada cobre a extensão de 870 metros, na direção Folgosa/Pinhão e destina-se a dotar aquela área com condições que permitam a circulação de pessoas e bicicletas em segurança, tal como a prática de pesca de lazer e desportiva. -----  
-----

Interrupção dos trabalhos, para intervalo, às 10H45M; -----

Reinício dos trabalhos, às 11H00M; -----  
-----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Regimento da assembleia municipal** (cujo original passou a constituir o anexo II à ata) -----

O **presidente da assembleia municipal** apresentou o projeto (da autoria dos membros da Mesa), sem prejuízo da continuação da sua análise e discussão, que propôs estender-se até à próxima sessão, a realizar em junho. Dessa forma, permite-se aos membros da assembleia municipal que não conseguiram aceder-lhe, o seu conhecimento e, porque está a ausente o autor da proposta de alteração do projeto (que foi entregue à Mesa), disse parecer-lhe indicado que a discussão e votação sejam feitas com ele presente. -----

Disse que não se poderá ter a pretensão de o regimento ser o repositório de toda a legislação que possa ter impacto nas funções dos autarcas e na atividade da assembleia municipal, acabando por manifestar o desejo de encontrar na versão final do documento "uma ferramenta simples de trabalho". -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Manuel Paiva** pediu a correção da menção dos grupos a criar, que não são parlamentares, mas sim municipais e propôs a consagração de norma que preveja a divulgação, pelo menos, os documentos previsionais e dos documentos de prestação de contas ao mesmo tempo que o envio das convocatórias (acompanhando-as). -----

O **presidente da assembleia municipal** acrescentou o interesse da divulgação em formato papel desses documentos. -----

**Ricardo Fonseca** disse que esperava mais contributos para o "enriquecimento do regimento", no sentido de o "tornar mais simples e eficaz", bom produto do trabalho conjunto. Repetiu o pedido de colaboração para o aperfeiçoamento o documento e deixou em aberto a possibilidade de se fazer reunião prévia à próxima sessão, onde se congregassem propostas e proponentes, para ultimar a versão final do projeto e dessa forma obter consensos. -----

Deliberação: O assunto foi retirado da ordem do dia, sem oposição. -----

**Ata da sessão de 27 de dezembro de 2013** (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra o seguinte membro: -----

**Rui Costa** fez saber que o grupo "parlamentar" do CDS/PP vota contra, devido à não inclusão da redação (enviada por correio eletrónico) que suportou a intervenção de Paulo Vieira, respeitante à apreciação dos documentos previsionais para o ano de 2014. Perguntou se tem que a ler na íntegra para a fazer constar na ata da presente sessão (associada à sua, esta, intervenção). -----

O **presidente da assembleia municipal** opôs-se à transcrição de declarações apresentadas em nome de grupos municipais não formalmente constituídos. Fez menção à advertência feita no início dos trabalhos quanto às transcrições das redações. Elas têm que ser imediatamente entregues à Mesa depois de apresentadas. Dessa forma, faz-se a verificação necessária, para garantir que o discurso corresponde integralmente ao teor desses documentos. Pois, caso contrário, entre outros prejuízos, o contraditório não seria oportunamente feito. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 2 abstenções (a saber: Rui Costa e Jorge Rodrigues). -----

**Ata da sessão de 07 de fevereiro de 2014** (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Abertas as inscrições, nenhum membro manifestou vontade de se pronunciar. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 1 abstenção (a saber: presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Silva). -----

**Associação de Municípios Portugueses do Vinho - Adesão** -----

O **presidente da câmara municipal** defendeu a proposta, tendo presente algumas das características do município de Armamar e o eventual benefício a retirar da integração em entidade que tem mais de 60 municípios associados, tendo como denominador comum o setor vitivinícola e o potencial das iniciativas nacionais e internacionais que desenvolvem. -----

Abertas as inscrições, nenhum membro manifestou vontade de se pronunciar. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**Documentos de prestação de contas do ano de 2013** (cuja cópia passou a constituir o anexo V à ata) -----

O **presidente da câmara municipal** começou por elogiar o trabalho realizado pelos colaboradores, materializado na elaboração de documento que "espelha com clareza e exatidão a execução do plano e orçamento do ano 2013". Fez menção aos principais desafios colocados no ano transato aos municípios, abordando com mais parcimónia as dificuldades financeiras, a reorganização do mapa administrativo e os resultados das eleições autárquicas. -----

Realçou o valor da receita, a "3.a melhor dos últimos 10 anos" e a execução da despesa, a "2.a melhor de sempre". No capítulo das receitas despesas correntes, comentou as taxas de execução, considerando-as satisfatórias. Quanto às receitas e despesas de capital, explicou porque ficaram abaixo do esperado, principalmente devido ao timing da execução das empreitadas (construção do quartel da GNR e expansão da zona ribeirinha de Folgosa). -----

Deu conta das dificuldades de obtenção de receitas por via da alienação de património e alertou para os constrangimentos que passarão a colocar-se ao cálculo da dotação desse artigo em sede de previsão. -----

Chamou a atenção para a canalização de 47% dos recursos para as funções sociais e para o grande investimento nas áreas da educação, desporto e serviços fundamentais para a população. -----

Quanto ao endividamento municipal, evidenciou a redução em cerca de 1 milhão e 30

mil euros. Atribuiu o aumento da dívida relacionada com empréstimos bancários à adesão ao PAEL. Assegurou o desinteresse da câmara municipal em utilizar a capacidade de endividamento de que o Município ainda dispõe. -----

Terminou, sublinhando o resultado líquido, "cerca de 236 mil euros", e o "decréscimo em cerca de 6% das despesas, com pessoal. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Jorge Rodrigues** fez apreciação positiva da elaboração do documento. Destacou o "ligeiro aumento do passivo a médio prazo e a redução em cerca de 1 milhão de euros do passivo a curto prazo". Relativamente à execução orçamental, disse que "mais uma vez a receita cobrada líquida ficou abaixo dos 9 milhões e 500 mil euros, quando inicialmente estimou-se em cerca de 14 milhões e 500 mil euros, fazendo com que o grau da execução orçamental fosse apenas 73%. Analisou a proveniência da receita cobrada, em "cerca de 1 milhão e 333 mil euros", que se "deveu à contratação de empréstimos, o que faz com que a capacidade de gerar receitas próprias fique pelos 7 milhões 825 mil euros", concluindo que "o grau de execução orçamental será apenas de 53%". Sobre a execução orçamental das despesas, disse que dos "14 milhões e 575 inicialmente previstos, pagou-se 9 milhões e 96 mil euros de despesas do exercício de 2013, mas a autarquia comprometeu-se no exercício 2013 e, para o futuro, com 15 milhões e 71 mil euros, o que fez com que a despesa de 2013 seja superior à receita em 5 milhões 873 mil euros". Afirmou que a análise feita motivou o voto contra os documentos previsionais para o ano de 2014, "comprovando-se agora que estávamos certos". -----

O **presidente da câmara municipal** perguntou-lhe "onde é que o município assumiu 15 milhões de euros de encargos para o futuro, no ano de 2013. -----

Depois, mesmo se equacionada a receita proveniente do PAEL e do empréstimo contratado para a empreitada em curso na freguesia de Folgosa, pediu que o CDS/PP acertasse na previsão da receita, dado haver forte discrepância entre a estimativa que apresentou na reunião da câmara municipal e de agora. -----

**Jorge Rodrigues** retorquiu "que o está aqui em causa é que, como é sabido, as despesas não devem ser superiores às receitas e, como se verifica, mais uma vez as primeiras ficaram abaixo em cerca de 5 milhões". -----

**Gaspar Paiva** fez a seguinte intervenção (que se transcreve): -----

"Relativamente ao documento de prestação de contas, a primeira conclusão que podemos tirar é que a receita total foi de 9,2 milhões de euros, abaixo dos dez milhões de euros, tal como afirmamos na discussão do orçamento para 2013. Mais uma vez o tempo veio provar que a CDU tinha razão quando disse que o orçamento estava inflacionado. -----

Tal como podemos verificar no quadro I — Orçamento do ano de 2013 da pág. 8, o orçamento final foi de mais de 14,5 milhões de euros e foram executados apenas 9, 2 milhões, havendo um desvio substancial de mais de 5, 3 milhões de euros. -----

A segunda conclusão é que o valor da receita foi dos mais altos de sempre, tal como pode ser visto no quadro 2 — Evolução da execução orçamental 2003 - 2013. A receita mais alta foi em 2008, 9,506 milhões de euros, em 2011 foi de 9, 288 milhões e de seguida 2013, 9,198 milhões. -----

Tal facto só foi possível graças à adesão ao PAEL que aumentou a receita em quase 1 milhão de euros, mas também ao aumento brutal de impostos (IMI, derrama, etc) e ao aumento dos preços de alguns serviços como por exemplo, dos preços da água e saneamento. -----

Com uma receita das mais elevadas de sempre, exigia-se mais investimento no município e nas pessoas. Mas não foi isso que aconteceu. O executivo só se lembrou-se dos munícipes para lhes exigir que pagassem mais impostos, que pagassem mais pelos serviços que presta. O executivo com esta receita podia e devia levar a cabo um conjunto de medidas direccionadas por exemplo, para fixar as pessoas ao nosso município, para melhorar a qualidade de vida dos que residem em Armamar, etc. Mas não, este executivo sufocado com a dívida elevada a fornecedores e aos bancos, optou por exigir mais dinheiro aos munícipes, não para investir no bem comum, mas para pagar dívida contraída nos anos anteriores. A CDU sempre alertou para este facto e os resultados estão à vista, o aumento da receita, não foi suficiente para investir mais no município e nas pessoas porque os encargos com a dívida são elevadíssimos. -----

Os resultados líquidos de 2013, foram cerca de 200 mil euros, metade de 2012, apesar do aumento da receita face ao ano anterior. Mesmo assim, estes resultados líquidos só foram positivos porque a despesa que estava previsto pagar em 2013 não foi completamente paga. -----

De acordo com o quadro 5 – Execução das grandes opções do plano por classificação funcional, a despesa relativa às funções sociais teve apenas uma grau de execução de 51,85%, ou seja só foi pago metade do que estava previsto com rubricas importantes

como educação, água, saneamento, resíduos sólidos, meio ambiente e ordenamento do território. -----

Já a despesa com a administração geral teve um grau de execução de mais de 70% e a despesa com operações de dívida autárquica um grau de execução de mais de 81%. Isto diz bem quais foram as opções do executivo. -----

Em relação à dívida, verifica-se uma diminuição da dívida a fornecedores. Tal facto só foi possível devido à adesão ao PAEL em que a câmara municipal recebeu quase 1 milhão de euros para pagar dívidas mais antigas. Ainda assim, a dívida a fornecedores é de 2,874 milhões de euros, como pode ser visto no quadro 6 – Evolução da dívida a fornecedores e outros credores. Se este dinheiro não entrasse, a dívida a fornecedores mantinha-se praticamente inalterada. -----

No que concerne à dívida aos bancos, resultantes de empréstimos bancários, aumentou em cerca de 300 mil euros, apesar da amortização de 683 mil euros (683 076, 88 euros).

Tal facto pode ser visto no quadro 8 – Evolução da dívida de empréstimos bancários. ---

Os encargos com empréstimos bancários são elevados. Em 2013 foram de 762 735,02 euros. Só em juros ao banco foram pagos quase 80 mil euros (79 658,14). E só não foi pago um montante mais elevado porque as taxas de juro encontram-se em mínimos históricos, o que ajuda, e muito, sobretudo nos contratos mais antigos, com *spread* mais baixos do que se praticam atualmente. -----

Mas afinal, qual é a dívida total da câmara? Essa resposta eu não posso responder por falta de dados. O que sabemos é que a dívida direta da câmara no final de 2013 foi de 9,3 milhões de euros (Bancos: 6, 403 Fornecedores: 2,874 Locação financeira: 29 639, 46). Falta ainda saber qual a dívida da empresa municipal e da PPP. -----

A Câmara Municipal de Armamar fechou o ano de 2013 com uma dívida direta de 9,3 milhões de euros. A dívida direta total diminuiu face ao ano anterior que era de 10,1 milhões de euros. Reduziu cerca de 800 mil euros. Este facto só aconteceu devido à injeção de quase 1 milhão de euros provenientes do PAEL e ao facto das taxas de juro se encontrarem em mínimos históricos. -----

O executivo não presta informações sobre as contas da PPP e da Empresa Municipal, limita-se a indicar o montante transferido para estas duas estruturas. -----

Só em 2013 para a empresa municipal foi paga a despesa de 305 mil euros. Mais uma vez o executivo desrespeitou uma deliberação desta assembleia e os estatutos da empresa aprovados nesta assembleia que autorizava a câmara municipal a transferir para a

empresa municipal o montante máximo de 250 mil euros. Foram transferidos 305 mil segundo o "Mapa de controlo da despesa". -----

Só em 2013 par a PPP foi paga a despesa de 348 mil euros. -----

Sr.º Presidente da Câmara: -----

A empresa municipal vai ou não encerrar? -----

Qual é o montante da dívida da empresa municipal aos bancos? E aos fornecedores? ----

A Lei n.º 75/2013, no ponto 2 refere o seguinte: "2-Compete ainda à assembleia municipal: -----

a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior; -----

b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;" Sr. Presidente: Por que razão não disponibiliza informação detalhada sobre estas duas entidades, empresa municipal e PPP para que esta assembleia possa desempenhar as competências que a Lei lhe confere? -----

Sobre a PPP, quanto é que o município já pagou desde a sua constituição e quanto é que ainda falta pagar. Recordo que o contrato foi de 23 anos. O município terá de pagar todos os anos mais de 300 mil euros? Quantos anos é que ainda faltam e quanto é que o município ainda terá de pagar? -----

Quanto é que pagaram de derrama as empresas responsáveis pela subestação elétrica e pelo parque eólico? Apesar do aumento da derrama para a taxa máxima (1,35%), a receita ficou muito aquém dos números que o executivo anterior, na altura da instalação da subestação proferiu. O anterior presidente falava em mais de 150 mil euros/ano." ----

-----  
O **presidente da câmara municipal** explorou, exemplificando, a contradição existente no discurso da oposição, protagonizada pelo anterior orador. Concretamente, perguntou se dão prioridade ao investimento ou ao pagamento de dívidas. Não tem fundamento a acusação de "sermos maus pagadores", porque o aumento do investimento leva a maior esforço para satisfazer os compromissos, concluiu. -----

Anunciou o, provável, encerramento da Armamar Investe Mais, EEM e comprometeu-se com a divulgação das respetivas contas (mas nunca antes de serem apreciadas e votadas pela câmara municipal). -----



Sobre a Armamar Viva, SA, disponibilizou-se a prestar informação que "por não a ter de memória", remeteu para ocasião oportuna. -----

Quanto à derrama, disse não ter dúvidas sobre a concretização das projeções, "depois de decorrida a fase das amortizações dos investimentos" pela empresa. -----

Sobre a subestação e a REN, fez saber que o litígio respeitante à avaliação dos terrenos não está dirimido e revelou não ter muitas expectativas quanto ao pagamento de derrama pela empresa, devido à sua sede não estar em Armamar e não haver notícia de isso se alterar. -----

-----  
**Hernâni Almeida** referiu que o executivo anterior não mencionou que a REN ia pagar derrama, em Armamar mas as empresas com sede em Armamar como é o caso das eólicas e da empresa dos parques eólicos do Douro Sul. -----

Mencionou o montante da dívida da Câmara elogiando o trabalho do atual executivo pela mesma ter baixado. -----

Referenciou a baixa do IMI e o subsídio concedido ao fornecimento da água, saneamento e recolha do lixo. -----

Lançou o repto ao executivo para, no próximo orçamento, o IRS passar para 5%. Fazendo referência à receita, disse que foi um bom ano financeiro. -----

Destacou a boa gestão do executivo em relação à despesa corrente, designadamente com os recursos humanos e os descontos obrigatórios para a ADSE. -----

Quanto ao "problema da GNR", disse ter havido um lapso na transcrição do primeiro para o segundo acordo, com a direção da Caixa, sobre o tempo de execução da obra (meio ano) mas, não vai haver qualquer penalização para o município. -----

**Manuel Paiva** referiu que seria estranho se o anterior interveniente "viesse aqui dizer mal das contas do mandato do qual foi presidente". "Leu os números à sua maneira", exclamou. -----

Refutou a acusação de que a CDU andou a mentir em relação à dívida e devolveu-a, porque Armamar, "ao contrário da mensagem que passam", "tem a dívida *per capita* das mais altas não só da região mas sim do país". -----

Interpretou a redução dos custos com pessoal à luz dos números do despovoamento, concluindo que deve haver tendência para a despesa cair porque há menos solicitações, menos consumos. Por isso, colocou em causa "a grande vitória" associada à redução dos encargos com pessoal, como também fez o mesmo quanto a algumas estimativas, cujos

números não correspondem à realidade, dando o exemplo do número de trabalhadores projetado para o final do mandato anterior. -----

**Hernâni Almeida** contestou, estabelecendo algumas comparações, designadamente com municípios vizinhos e mencionou o ranking do desenvolvimento económico do país, cujo 2.º lugar é ocupado por Armamar, no distrito de Viseu. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 4 abstenções (a saber: Jorge Rodrigues, Rui Costa, Jorge Ferreira Rodrigues e Manuel Paiva). -----

**Iª revisão orçamental** (cuja cópia do documento passou a constituir o anexo VI à ata) -----

Abertas as inscrições, nenhum membro manifestou vontade de se pronunciar. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**Assunção de encargos plurianuais — Autorização genérica para dispensa se autorização prévia** (cuja cópia do documento passou a constituir o anexo VII à ata) --

Abertas as inscrições, nenhum membro manifestou vontade de se pronunciar. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 1 abstenção (a saber: Manuel Paiva). -----

**Procedimento concursal — Chefe de divisão municipal — Designação de membros do júri** (cuja proposta passou a constituir o anexo VII à ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra os seguintes membros: -----

**Manuel Paiva** defendeu o interesse do conhecimento (e esclarecimento) dos critérios de seleção dos candidatos. -----

-----  
O **presidente da câmara municipal** fez o seguinte esclarecimento: -----

À assembleia municipal só está reservada a competência para designar os membros do júri do procedimento concursal; -----

O procedimento concursal reger-se-á pelas normas legais consagradas para o efeito, incluindo-se nelas a previsão da devida publicidade. -----

-----  
**Hernâni Almeida** manifestou apoio à proposta, porque entende que os membros indicados "estão aptos para a função". -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

#### **PERÍODO PARA A INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções. -----

**Encerramento da reunião** -----

Conforme está disposto no n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, e ulteriores alterações, o presidente da assembleia municipal, procedeu à leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**Faltaram à primeira e única reunião da presente sessão:** Maria dos Prazeres Mendonça, Paulo Vieira e Rui Fernandes. -----

**Forma de Votação** -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada às doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações. -----